

# Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira. (Esboço de problemática)

## I

As ilhas da Madeira e do Porto Santo têm sofrido, a partir de meados da década de 60, profundas alterações, tanto no plano social global, como ao nível do sector que, desde o início da sua ocupação efectiva, no século XV, caracterizou fundamentalmente todo o arquipélago: a sua ruralidade.

Com as páginas que se seguem pretendemos tentar delimitar alguns desses elementos básicos para a compreensão e consequente interpretação do evoluir da mesma realidade.

Interessar-nos-ão primordialmente as respectivas estruturas do quotidiano, porque, do ponto de vista do etnólogo, elas se inserem em determinadas vias específicas. Finalmente, seria fechar os olhos à realidade presente não sublinhar a importância do violento e irreversível processo de transformações que desagregam contraditoriamente esse quotidiano rural.

Tem sido moeda corrente apresentar a Madeira em confronto com o Porto Santo, como se fossem duas ilhas em flagrante contraste.

Raros são, no entanto, os estudos mais criteriosos que as abordam em conjunto, constituindo os guias turísticos mais recentes uma quase paradoxal excepção. De um modo geral, as melhores obras concedem no tratamento dado aos temas insulares um indiscutível destaque à Madeira, relegando o Porto Santo para segundo plano, acentuando-se, quando muito, o carácter árido da sua paisagem<sup>1</sup>.

É precisamente na etnologia, e não por mero acaso, que vamos encontrar levantamentos com uma tónica na descrição etnográfica. Procede-se à observação, levantamento, comparação e síntese histórico-comparativa de objectos em pleno uso, de desaparecimento recente e/ou somente presentes na memória da geração mais idosa. Então, o Porto Santo entra em cena, graças a um estudo dedicado a moinhos de vento<sup>2</sup>. Dispomos ainda de resultados fornecidos no seguimento de recolhas feitas à escala de todo o País — citemos o minucioso e infatigável trabalho desenvolvido pela equipa formada

\* Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.

<sup>1</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *L'Île de Madère. Étude Géographique*, Lisboa, 1949, e Wilhelm Hartnack, *Ma-deira. Landeskunde einer Insel*, Hamburgo, 1930.

<sup>2</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, B. Pereira e F. Galhano, *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*, Lisboa, 1965.

por Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano —, onde se fala da Madeira e menciona o Porto Santo. Considerando a grande divulgação das obras publicadas pelos investigadores acima referidos, nomeadamente nos meios da especialidade, tornar-se-ia demasiado repetitivo enumerá-las.

Prosseguindo o nosso rápido resumo introdutório a alguns dos principais títulos bibliográficos tematizando o conjunto insular que nos preocupa, não poderíamos esquecer a actividade levada a cabo por pesquisadores vindos da filologia românica.

Estes especialistas, tanto portugueses como estrangeiros, profundamente influenciados pela escola *Wörter und Sachen*<sup>3</sup>, dedicam-se a uma incansável recolha de campo. São autênticos contemporâneos dos etnólogos europeus que então percorriam os restantes quatro continentes. Na continuação destes esforços, de orientação linguístico-etnográfica, surgem nos anos 30 sobre a Madeira e em fins de 40 sobre o Porto Santo dois extensos artigos<sup>4</sup>. *Grosso modo*, serão estes os principais trabalhos sobre a área geográfica em questão.

Por fim, será de relembrar uma outra fonte, constituída por uma extensa lista de títulos e que se insere na chamada literatura de viagens. Vasta, disponível não só em português, como sobretudo em inglês e alemão e, em menor número, em francês e italiano, este enorme conjunto de informações, embora importante, está cheio de considerações subjectivas, julgamentos de valor baseados só amiúde na observação directa, e, por fim, não esquecendo a perspectiva por nós agora desejada, quase nunca descrevem o dia-a-dia do camponês, os instrumentos utilizados, as culturas a que se dedica, etc.

Consequência da época, do seu estatuto social e, ainda mais, do meio cultural de onde chegam, desdenham a óptica do próprio camponês, olhando-o paternalisticamente, envolvendo o seu labor agrícola numa nebulosidade saída do romantismo. Resumindo: não contribuem para a construção de uma perspectiva histórica apoiada na realidade quotidiana dos «de baixo». São, talvez, os precursores ideológicos dos preconceitos disfarçados nos chavões publicitários do turismo de massa dos nossos dias.

## II

Concebemos a etnografia como parte integrante e materializada dum quotidiano social.

No contexto que temos em vista, o facto etnográfico não se reduz à simples enumeração descritiva de objectos de confecção artesanal. Representa, em primeiro lugar, uma determinada maneira de agir de uma população em função de uma situação concreta; segundo, a persistência socialmente necessária e daí transmitida por tradição (oral) a um grupo de indivíduos ou a uma comunidade no seu todo; terceiro, a adaptação desse objecto ao conjunto dos ecossistemas nos quais o homem interfere dimensionando o tempo e o espaço.

<sup>3</sup> Esta revista — *Palavras e Coisas* — publicou-se em Heidelberg entre 1909 e 1944, tendo a colecção 23 volumes. Um dos seus mais importantes colaboradores foi W. Meyer-Lübke.

<sup>4</sup> Cf., respectivamente, Käte Brüdert, «Madeira. Estudo linguístico-etnográfico», in *Boletim de Filologia*, vol. V, n.ºs 1-5, Lisboa, 1937-38, pp. 59-91 e 289-349, e Maria de Lurdes de Oliveira Monteiro, «Porto Santo. Monografia linguística, etnográfica e folclórica», in *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, vols. I, II e III, 1947, 1948, 1949-50, pp. 340-390, 28-92 e 90-151.

Esta linha de ideias entra forçosamente em confronto com as correntes histórico-culturais e mesmo com o empirismo que antecede a elaboração de tipologias morfológicas para posterior explicação evolucionista — estas últimas não raras vezes demasiado mecanicistas. Mais que a evolução dum objecto etnográfico, interessar-nos-á a sua integração e o papel desempenhado no respectivo contexto social.

### III

Não pode deixar de constituir preocupação preliminar a tentativa de situar sucintamente a nossa intenção no plano teórico. O objecto que nos propomos aprofundar insere-se no contexto recente daquilo a que a vasta bibliografia internacional integra na «história a partir de baixo», na etnologia histórica, etnologia europeia, antropologia mediterrânica ou nos estudos de comunidades.

No fundo, e isso parece-nos fundamental, o denominador comum surge bem explícito, *as reconstituições de quotidianos*. Para atingirmos o objectivo pretendido, centrámos a nossa atenção não só na documentação (res)guardada em arquivos, visto ela resultar de determinada leitura ideológica («de cima»), mas também, e sobretudo, no *trabalho de campo*.

Resumamos o percurso pelo qual desejamos enveredar. As realidades sociais que nos envolvem carecem de uma abordagem complexa, mas clara na sua finalidade. Interessa tentar reconstruir quotidianos passados — *a tradição* —, apoiando-nos nos elementos actuais — *a persistência* —, porque partindo do princípio de que as situações presentes resultam de uma dinâmica com carácter histórico. Encarando a ruralidade insular nesta dupla perspectiva, a interpretação basear-se-á numa *dimensão etnográfica*.

### IV

Não será demasiado insistir na essência documental das leituras até agora disponíveis, no que respeita ao arquipélago madeirense.

Para a nossa perspectiva, esses elementos pecam quase todos pela ausência de traços comprovativos da vivência anónima, cujos protagonistas foram as populações camponesas. Pequenos proprietários, colonos, rendeiros, trabalhadores por conta de outrém, jornaleiros, feitores, enfim, todos os que viviam directamente ligados à actividade agrícola, raramente adquiriram papéis de relevo na memória documental. Temos, por consequência, de inverter os dados existentes, a fim de assim penetrarmos nessa outra grande e obscura realidade.

Pela dimensão etnográfica encontraremos as estruturas desse quotidiano passado e, nalguns casos pontuais, ainda presente na prática diária ou na memória dos indivíduos mais idosos. A força das circunstâncias obriga-nos a explorar esse veículo de transmissão — enquanto for tempo.

Há que partir do princípio, genericamente aceite, da predominância da actividade agrícola desde o início do povoamento. Imperioso se torna, desde já, fazermos uma distinção: as culturas ricas e as outras. Nas primeiras englobam-se todas aquelas que fizeram a história oficial das ilhas, como a cana sacarina, a vinha e, mais tarde, a bananeira. Estas interessam-nos pouco, porque a sua produção e consumo sustinham um vasto sector de ligações

comerciais. Estes circuitos funcionavam não só à escala nacional, como no âmbito das grandes rotas marítimas, cujo eixo fundamental era a expansão atlântica, iniciada no século XV<sup>5</sup>. Embora a sucessão das conjunturas esteja-beleça os parâmetros de enquadramento externo das ilhas, no fundo, os lucros e percas revertiam e repercutiam-se mais nas camadas privilegiadas insulares do que no próprio camponês. Analisando atentamente o evoluir destes acontecimentos e das consequentes linhas de força, vemos que, com a entrada na segunda metade do século passado, o posicionamento da Madeira no plano supra-regional se altera nitidamente. Por volta de 1850, várias crises parciais cristalizam-se numa única, por conseguinte já não momentânea e sectorial, mas estrutural. Lembremo-nos das doenças que atacam e destroem quase toda a vinha, o açúcar já há séculos sem capacidade competitiva nos mercados externos, a produção agrícola a não satisfazer os senhores — isto deixaram-no eles escrito e arquivado —, a administração a braços com a emigração legal e clandestina, até que um mau ano aliado à falta de chuvas trazem a fome<sup>6</sup>. É o Estado que acode, enquanto os elementos mais esclarecidos do Funchal abordam a necessidade de ser repensada a questão agrária. Gera-se uma considerável movimentação de ideias, propostas e medidas, sendo talvez historicamente fundamental a discussão aí iniciada sobre a prioridade de ampliar a irrigação<sup>7</sup>. Contudo, embora não faltassem os projectos e discussões parlamentares, por paradoxal que possa parecer ao observador menos atento, esta problemática vital para todo o arquipélago só veio a ser posta em prática a partir dos anos 40 deste século.

Estes alguns dos tópicos na perspectiva «de cima». E os «de baixo»?

Foi também na segunda metade do século XIX que se foram introduzindo os elementos de inovação. A sua influência, de facto, foi grande, na medida em que os parâmetros até então tradicionais do quotidiano agrário começam a ser objectivamente postos em causa<sup>8</sup>. Eram as estruturas etnográficas desse quotidiano até então presente que lentamente abriam brechas, cedendo aqui e ali, iniciando-se uma grande transformação. Recapitulemos os factores geradores da desestruturação da sociedade tradicional insular: crise agrícola resultante do esquema de apropriação do produto da agricultura (colónia, profundo desajustamento entre os termos de posse e propriedade da terra), crise no escoamento das culturas ricas para o comércio externo (perca dos grandes mercados de vinho), movimentação no mercado internacional de mão-de-obra (surto de emigração), por fim, crise social patente também no período de fome (1847-50)<sup>9</sup>.

Analisando a conjugação destes dados, não esquecendo o contexto internacional em jogo e atendendo à situação histórica emergente, lícito se torna concluir que esta fase na vida económico-social insular inaugura um longo

---

<sup>5</sup> Cf. Albert Silbert, *Un Carrefour de l'Atlantique: Madère (1640-1820)*, Lisboa, 1954; Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> siècle. Étude économique*, Paris, 1960; T. Bendley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in seventeenth-Century. Commerce and Navigation*, Chicago, 1972.

<sup>6</sup> Sérvulo Drummond de Meneses, *Uma Época Administrativa na Madeira e Porto Santo*, Funchal, 1849-52.

<sup>7</sup> Conde de Canavial (João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos), *Apontamentos para o Estudo da Crise Agrícola no Districto do Funchal*, Funchal, 1879.

<sup>8</sup> Id., *Uma Crise Agrícola, Um Caminho Aéreo e Uma Sociedade Anonyma*, Funchal, 1876.

<sup>9</sup> Sérvulo Drummond de Meneses, *Collecção de Documentos a respeito da Crise da Fome, por Que Passaram as Ilhas da Madeira e do Porto Santo no Anno de 1847*.

período de alteração lenta, conflituosa e contraditória das estruturas tendencialmente capitalistas, a penetrarem na ruralidade madeirense.

Não percamos de vista a nossa intenção: o enquadramento rural quotidiano nesse contexto tradicional (pré-capitalista).

## V

A entrada no século XX vem, nesta ordem de ideias, coincidir com um grande abalo nas estruturas vigentes. Como encontrar e caracterizar os elementos fundamentais e os respectivos quadros de referência que nos conduza a reconstituir a ruralidade insular tradicional?

O regime agrário introduzido com o povoamento perdurou por certo, até então, sem grandes alterações. Como vimos, a distinção entre as «culturas ricas» e as outras é fundamental e básica na separação de quotidianos sociais. A grande massa da população rural activa, embora contribuisse decisivamente para a produção do açúcar e do vinho, não vivia destas culturas. Faziam-nas pela obrigação assumida perante o senhorio, ou, quando muito, como assalariados durante as fases de ponta na laboração. Deste modo, vemos que as receitas arrecadadas (géneros e/ou dinheiro) serviam de complemento no circuito económico doméstico. Teremos de voltar novamente às características geográficas das duas ilhas.

Enquanto as frequentes estiagens constituem uma constante na cronologia histórica do Porto Santo, no final de contas, a situação da Madeira não é totalmente oposta à da ilha vizinha.

Embora a costa norte e a zona oeste sejam nitidamente beneficiadas por ventos húmidos e pela pluviosidade, certo é, contudo, que a maior área de exploração agrícola e ocupação humana é justamente a restante. Aliás, qualquer pesquisa feita nas fontes documentais torna patente o extremo cuidado e o zelo demonstrado pelas autoridades ao longo dos séculos no sentido de se construírem, manterem, ampliarem, regulamentarem criteriosamente as levadas. Será correcto afirmar-se existir bastante água na Madeira; mas mais próximo da verdade seria sublinhar a sua irregular distribuição e a extrema dificuldade de acesso para captar e normalizar o respectivo débito.

O sistema artificial de irrigação, composto pelas ditas levadas, foi construído para as «culturas ricas». Havia uma dupla intenção: regar a cana sacarina e obter energia para os engenhos e serragens. O restante aproveitamento — sempre gananciosamente controlado pelos senhorios — acudia a outras necessidades, secundárias para estes. Desta maneira, a água punha os moinhos de água em funcionamento e regava diversas pequenas culturas de carácter caseiro. Cristaliza-se finalmente a base de sustento da população: o vasto domínio do sequeiro.

A cerealicultura é, por excelência, a tónica dominante nas terras secas, ávidas de chuva, por vezes caprichosa, enfim, as «*terras de pão*».

Em função do ciclo anual do crescimento do cereal — sobretudo trigo, cevada e centeio — articulava-se o quotidiano rural. Todas as outras actividades eram realizadas, concretizadas e ajustadas de acordo com os imperativos de tempo que o cereal tolerava, na sua alternada irregularidade de boas e más colheitas.

Havia os chamados «anos fartos» e os «anos de miséria». É ainda em torno da sucessão das quatro estações do ano e das operações agrícolas intimamente ligadas à cultura de cereais que o homem se integra na natureza,

apropriando-se dela. Eis a característica fundamental das *sociedades agrárias mediterrânicas*.

Todo o camponês madeirense ou porto-santense avaliava a situação do seu agregado familiar, uma vez debulhado o cereal sob o calor estival, consoante a quantidade de grão cuidadosamente arrecadado. A importância da quantidade de cereal obtido era tal que, na sua linguagem, o grão já é «pão», embora falte ainda o posterior processo de moagem. No entanto, não nos esqueçamos de que a profunda e ancestral satisfação do campesinato perante o resultado de um ano de esperança, expectativa e incerteza tinha o seu lado mais sombrio: a entrega de metade da colheita ao senhorio, fora a dízima.

## VI

Vejamos, finalmente, os elementos etnográficos deste quotidiano. Quais os conjuntos de instrumentos que o enquadram? Qual a sua sistemática?

O *arado de pau* é, sem margem de dúvida, o utensílio básico. A sua simplicidade não deixa de ser surpreendente. O seu uso, extremamente generalizado nas duas ilhas, manteve-se até aos nossos dias no Porto Santo. No entanto, na Madeira ainda existem locais onde os encontramos quase esquecidos. O seu desaparecimento nesta última ilha deu-se lentamente, aí entre o último quartel do século passado e os anos 50 deste. Não foi a introdução do tractor que o banuiu definitivamente para as colecções etnográficas, como talvez se julgue; antes pelo contrário, ele foi substituído pela *enxada*.

Trata-se de um fenómeno de transformação de estruturas, cuja apresentação ultrapassa largamente o âmbito deste texto. Deixemos todavia explícito que a *enxada*, ao render o arado, põe a descoberto uma interessante conjugação de factores: o aumento da área irrigada, a alteração do regime de criação de gado e a crescente fragmentação da posse e da propriedade na área agricultável disponível.

Depois do arado, símbolo do Outono e do Inverno, segue-se a época do calor, que chega com a Primavera e o Verão. Todos os braços disponíveis eram mobilizados para a ceifa e debulha imediata, bem característica do mundo mediterrânico. Consoante o cereal, embora o trigo fosse o mais importante e estimado, as debulhas reuniam os esforços conjugados de novos e velhos em torno da *eira*. Entram em cena vários instrumentos: os *trilhos*, os forcados, as patas dos animais, as pás de aventejar, os gravanços, as joeiras, finalmente a armazenagem (arcas na Madeira, covas no Porto Santo). Ao longo de todo este processo, abrangendo a lavra, a sementeira, a ceifa, a debulha, não podemos falar de diferenças de sequência e/ou utilização de instrumentos na sociedade tradicional das duas ilhas. A única variante assinalar é o tratamento aplicado à palha. Em determinadas zonas elevadas da Madeira ainda hoje se ouvem em fins de Julho, as pancadas fortes e abafadas dadas por homens agrupados dentro da eira, cada um munido do seu *mangual*. Esta diferença na sintonia do quadro etnográfico insular é só aparente. Enquanto o trilho corta a palha, o mangual conserva-a inteira. Do cereal nada se perde: se num caso a palha era para a alimentação do gado, no outro ela servia para fazer a cobertura das casas («abafar uma casa»).

Este apanhado pretende apenas dar os limites gerais para delimitarmos o *eixo fundamental do quotidiano* ao longo das quatro estações do ano. A sua etnografia é o quadro prático de referência dos indivíduos na sucessão dos

dias, semanas, meses, estações, ano. Aprontar, utilizar, consertar, guardar, ensinar os rapazes a manuseá-los conjuntamente com o gado. Nestes parâmetros regia-se o dia-a-dia insular, acompanhado da observação atenta, por parte dos mais velhos — e daí mais experientes —, das mudanças de tempo: os ventos, a chuva, o nevoeiro, a intensidade do calor do Sol. A socialização dos mais novos submetia-se coerentemente a este esquema ajustado a uma continuidade no tempo e no espaço.

As fases que intercalavam o «ciclo do pão» não eram mortas, mas complementares. Dois conjuntos bem distintos evidenciam-se: o do *transporte rural* e o da *moagem*.

Novamente as duas ilhas revelam a *uniformidade etnográfica* que vimos esboçando. Podemos distinguir três tipos de veículos que asseguravam e davam maior capacidade de resposta às necessidades no âmbito doméstico, ultrapassando-o mesmo. É imperioso sublinhar a predominância da *roda* no transporte rural insular. Na Madeira utilizavam-se carretas (um animal) e carros de vacas (junta); no Porto Santo, um único tipo, o carro de bois (dois animais). As diferenças entre eles põem a complexa questão da adaptação a condicionalismos locais: quantidade de gado disponível, acidentes de terreno, tipo de carga a transportar. Se o sistema de atrelagem não apresenta variantes, existe um pormenor bem interessante e que só abrange a Madeira: são os dispositivos para o controlo da velocidade. Actuando directamente sobre o eixo das viaturas, controlavam o ritmo durante as penosas descidas e moderavam desta forma o esforço do gado. Finalmente, não poderíamos excluir os *sistemas tradicionais de moagem*. Propositadamente servem para remate deste resumido horizonte etnográfico, dado o seu estatuto singular.

A passagem do grão à farinha, tarefa milenária, sempre se fez das mais variadas maneiras, tanto no que respeita à capacidade produtiva, como ao aproveitamento das fontes de energia. Sem esta fase, o lavrador não via concretizados os seus esforços; daí a sua presença dentro e fora do âmbito estritamente doméstico. Excluindo os processos manuais que acudiam a uma necessidade imprevista e momentânea ou a algum requisito culinário, dois sistemas diferentes predominavam na sociedade tradicional insular: sistemas movidos a água e força animal. Na Madeira imperava o moinho de água, no Porto Santo, graças aos elevados efectivos em gado, a *atafona*.

Note-se a diferença no enquadramento social da moagem. De um lado — talvez pela maior densidade demográfica —, os moinhos de água simbolizam não só maior capacidade potencial na transformação de grão em farinha, mas sobretudo a presença do moleiro. Este é um indivíduo cuja tarefa desde sempre parece ter sido ingrata, o seu estatuto ambíguo. Nele se chocam os interesses profundos da comunidade com outros, a esta antagónicos, relegando o moleiro para uma situação de excluído do seu seio. Paralelamente, parece que as atafonas no Porto Santo nunca deram origem a um estatuto social específico e independente. Não temos conhecimento de provas que atestem a existência de atafoneiros nesta pequena ilha. Mas também nada exclui a hipótese de elas terem existido, em épocas mais recuadas, na própria ilha da Madeira. Só a busca sistemática e a sorte poderão trazer a lume alguma documentação esclarecedora.

## VII

As estruturas etnográficas do quotidiano tradicional insular inserem-se no contexto mais amplo e geral das sociedades mediterrânicas. Tentámos dar consistência a esta hipótese, analisando o enquadramento, no tempo e no espaço, do seu grande eixo, a *alfaia agrícola*, secundada pelos transportes e pela moagem, como complementos imprescindíveis a todo o conjunto.

De modo algum pretendemos apresentar o tema como esgotado. Esboçámos um curto apanhado da sistemática etnográfica rural insular, no qual se realçaram indiscutivelmente os utensílios do «ciclo do pão». Mas, mesmo aqui, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de propositadamente não termos até ao momento feito qualquer referência ao símbolo turístico do Porto Santo: os *moinhos de vento*. Este um problema que, já pela sua essência, transcende claramente o título da nossa intervenção. De facto, tudo aponta para uma introdução recente desta técnica de moagem. Considerando a falta de dados concretos, somos levados a crer pertencerem os moinhos de vento porto-santenses a uma época nada recuada — talvez menos de um século —, representando a sua presença o início da fase de desagregação da sociedade tradicional.

Falámos de «comunidades rurais», situámos cronologicamente o lento e indeciso início do seu processo de desagregação e, por confronto, enquadrámos os seus principais vectores. Não encarámos a etnografia num contexto comparativo, porque tal abordagem excederia o propósito anunciado: uma proposta para *esboço de interpretação*.

Mantendo a linha de força iniciada — a tradição etnográfica como uma das bases visualizadas do funcionamento (económico) do mundo rural insular —, vamos, através desta mesma via, procurar os factores que vieram alterar as estruturas tradicionais.

A ligação do homem à terra não sofreu, em termos de relações sociais, inovações de fundo. Embora o sistema do *contrato de colónia* já não predomine com o mesmo vigor, constitui um facto não terem as relações de força presentes conduzido ao seu desaparecimento. Foi-se, deste modo, gerando um desajustamento cada vez maior entre o regime jurídico de acesso e exploração da terra e o enquadramento económico da produção agrícola. A este processo, cujo início podemos de certa maneira colocar na segunda metade do século passado, chamaremos *bloqueamento da estrutura social tradicional*. O equilíbrio instável das classes sociais envolvidas constituiu provavelmente a origem da complexidade actual da situação. A intervenção feita foi sempre resultado da política agrícola do Estado. Através de várias acções, este esquivou-se a tomar medidas de fundo tendentes a encarar a questão agrária como um problema global na realidade social insular. Só nos anos 40 deste século começaram a ser severamente regulamentados os dispositivos legais de acesso e de distribuição das águas de rega, tendo-se dado paralelamente início a um vasto plano de aproveitamento hidráulico à escala do arquipélago<sup>10</sup>. Como consequência deste plano, a área de terras irrigadas aumentou pouco a pouco, sobretudo na vertente sul da Madeira. Zonas até aí sujeitas ao regime agrícola de sequeiro (exemplo do Campanário) viram a sua paisagem profundamente alterada.

<sup>10</sup> Os organismos fundamentais são a Comissão de Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, passando mais tarde à Empresa de Electricidade da Madeira.



Se é verdade que assim se criaram condições mais justas no acesso às águas de rega, o resultado não se fez esperar, tendo cada camponês começado a intensificar ao máximo a produção na menor área possível, diversificando bastante as culturas. Redução da área, diversificação dos produtos, aplicação de adubos químicos, aumento de produção em relação à superfície cultivada, investimento das pequenas economias conseguidas durante o período de emigração, eis alguns dos principais factores de mudança.

Embora a base de sustento das camadas camponesas continuasse a ser, no fundo, o cereal, este foi perdendo a sua preponderância, a favor de outras culturas de melhor, mais rápida e segura colocação no circuito mercantil: vinho, banana, cana sacarina. Torna-se importante sublinhar que esta passagem para uma situação de (quase) pequenos agricultores independentes era então ilusória: a questão da definição do regime de propriedade não estava resolvida, o dinheiro obtido na venda ia tapar e cobrir as despesas do ano (adubos, mercearia, etc.). Trata-se de um processo pleno de ambiguidades próprias das grandes transições. Por fim, qualquer tentativa de incremento da produção esbarrava forçosamente na obrigatoriedade de dar metade das colheitas das «culturas ricas» ao senhorio.

No plano etnográfico, dada a evolução verificada, alterações radicais tornam-se visíveis: precisamente neste nível encontramos as provas mais concretas da dinâmica social.

O ciclo anual do cereal vê-se destituído da sua dominância: as eiras desaparecem à medida que as debulhas se passam a fazer por processos protomecanizados (as chamadas máquinas americanas). São compreensíveis as mudanças na divisão temporal do quotidiano, que estes fenómenos lentamente provocam. A farinha será ainda muito tempo moída nos moinhos de água, mas, como a produção relativa de cereal tende a baixar imenso, as populações passam a estar mais dependentes da mercearia: compram arroz e massa. Contrabalançam com milho a redução da área de sequeiro. A policultura generalizada reduz etnograficamente as zonas abrangidas pela irrigação a um mínimo: enxada e foíce.

A construção de estradas, facilitando as comunicações, beneficiou sobretudo as zonas do litoral, despovoando gradualmente os lugares de pior acesso. Este tipo de inovação a cargo do Estado cria condições objectivas para a ultrapassagem histórica dos transportes rurais tradicionais. Começam a aparecer posturas municipais proibindo os carros de bois, pois as suas pesadas rodas chapadas com grossos pregos estragam o pavimento. Por fim, é o próprio regime de criação de gado a ter de se adaptar a novas condições: da criação extensiva nos pastos das serras passa-se a um sistema intensivo com os animais desintegrados dos trabalhos rurais.

Vemos o carácter fundamental deste processo: a gradual e maior dependência do campo em relação à cidade (neste caso cidade é sinónimo de maior presença do Estado) e a desarticulação dos sistemas tradicionais no seguimento desse mesmo processo.

No Porto Santo, com condições ecológicas específicas, esta ampla transformação de estruturas, embora não contrarie o esboço apresentado, levanta algumas questões específicas e locais. A demografia, a área reduzida da ilha, as excelentes condições de produção cerealífera, a fraca disponibilidade de água a favorecer a utilização de outras energias (humana, animal, mais tarde eólica), o relativo isolamento, conjugam-se, imprimindo um carácter de maior persistência da sociedade tradicional. A extrema dependência do cereal e a permanência do regime de sequeiro mantiveram até aos nossos dias

quase intactas as estruturas etnográficas do quotidiano, na Madeira há muito desaparecidas e substituídas por outro regime agrário. Dentro desta perspectiva serão certamente de encarar e interpretar os moinhos de vento. Se, numa primeira fase, terão tornado obsoleta a atafona, abrindo uma brecha nos quadros económicos domésticos e dando resposta ao impulso vindo dos elevados quantitativos de cereal produzido nos anos fartos, por outro lado, o seu total abandono actual comprova, historicamente, o fim dos quadros de produção e da organização social herdados. O apogeu dos moinhos de vento corresponde e coincide, pelos vistos, com uma fase de instável equilíbrio entre factores internos de persistência e a pressão de elementos externos inovadores.

## VIII

A desarticulação das comunidades rurais tradicionais insulares inicia-se na segunda metade do século XIX, consequência de profunda crise estrutural. Como as relações sociais, nas quais assentava a produção agrícola e a organização da ruralidade, não permitiram o desaparecimento dos elementos pré-capitalistas nos laços que unem a massa de camponeses à terra, dá-se um bloqueamento nas estruturas sociais globais. As condições externas, neste caso patentes na intervenção do Estado, imprimem uma dinâmica de transição, na origem da qual está o actual conflito entre a tradição e a persistência de valores tradicionais perante a penetração capitalista no sector agrário. Esta forma de transição integra-se no quadro mais amplo dos conflitos que caracterizam nos nossos dias as sociedades agrárias mediterrâneas. O fim das comunidades tradicionais significa o fim da predominância da produção de cereal para autoconsumo e como base fundamental da coesão do agrupamento doméstico. A este processo de evolução da estrutura e regime agrários não se sucede uma alteração profunda no funcionamento das instituições sociais; estas permanecem extremamente enraizadas em normas e valores herdados, como a solidariedade de parentesco ou de vizinhança, o apadrinhamento, a intermediação como forma de comunicação entre grupos sociais diferentes. No fundo, enquanto as classes que controlam os mecanismos de apropriação da propriedade e de distribuição da terra vão perdendo este controlo no plano económico, dada a ambiguidade e as contradições deste processo, elas conseguem ir mantendo a estrutura de domínio social decalcada da sociedade tradicional. Ao esquema legado do passado de autoridade/propriedade oposto ao de dependência/posse, a penetração capitalista intervém, impulsionando acentuadamente a pressão sobre os mecanismos de acesso à propriedade.

Setembro de 1981.